ISSN 2237-258X

A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: MÚLTIPLOS OLHARES[1]

The permanence in higher education: multiple perspectives

La permanencia en la educación superior: miradas múltiplas

Roseli Souza dos Reis Nunes*

Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso**

Resumo

No Brasil, a partir de 2003, as políticas de acesso à educação superior têm favorecido o ingresso de estudantes oriundos de camadas populares, mediante políticas e programas específicos. Logo, percebe-se a necessidade de pesquisas no meio acadêmico que denotem a preocupação com a permanência dos estudantes nesse nível de ensino. Para tanto, foi realizada uma pesquisa englobando autores que trabalham com essa temática, objetivando identificar elementos que podem interferir na permanência dos estudantes na educação superior pública. A metodologia se firmou em pesquisa bibliográfica, recorrendo ao banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de outras bases e fontes. A investigação revelou que o sucesso da trajetória acadêmica, depende de vários fatorescomo o ambiente acadêmico, a condição de estudante trabalhador, o capital cultural do estudante, a satisfação na escolha do curso, bem como sua situação financeira, além da implementação de ações assistenciais e qualificadoras para o apoio estudantil. À medida que as universidades passam a ser frequentadas por estudantes com maior diversidade cultural e socioeconômica percebe-se a necessidade de intensificar os investimentos em políticas de apoio à permanência deles, com qualidade no ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência estudantil. Educação Superior. Permanência.

Abstract

In Brazil, since 2003, the access policies to the higher education policies have favored the entry of students came from lower classes, through specific policies and programs. Therefore, we realize the

[1] Este artigo é uma adaptação do texto apresentado no XXIII Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br – Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão, realizado na Universidade Federal do Pará - UFPA, Instituto de Ciências da Educação-ICED, 2015. O estudo faz parte de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Educação Superior (GEPDES/UFMT), no qual participam as autoras, e integram as pesquisas intituladas: "Acesso e permanência no processo de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB", financiada pelo CNPq; "Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil", financiada pelo OBEDUC; "Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB", que envolvem pesquisadores de quatro regiões do país, vinculados à Rede Universitas Br; e "Políticas de Educação Superior no Brasil pós–LDB/1996: impactos na Região Centro-Oeste com enfoque no ingresso e permanência", financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

* Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso. Telefone: (65) 3615-8000. E-mail: rosereis@terra.com.br.

** Doutora em Educação. Professora Associada da Faculdade de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Telefone: (65) 3615-8000. E-mail: tecmav@terra.com.br.

need for research in academia that denotes concern for the permanence of students in that grade level. Thus, a survey encompassing authors who work with this theme was carried out, in order to identify elements that can interfere with the permanence of students in public higher education. The methodology established in a bibliographic research, using database of the Personnel Improvement Coordination of Higher Education (CAPES), and other databases and sources. This research has shown that successful academic career depends on several factors such as the academic environment, the worker student status, the cultural capital of the student, the satisfaction in choosing the course as well as his financial situation, and the implementation of health care activities and qualifying for student support. As universities become enrolling students with greater cultural and socioeconomic diversity, we see the need to intensify the investments in support policies to their permanence with quality in teaching.

KEYWORDS: Student assistance. Higher Education. Permanence.

Resumen

En Brasil, a partir del 2003, las políticas de acceso a la educación superior han favorecido el ingreso a estudiantes oriundos de estratos populares mediante políticas y programas específicos. Luego, se nota la necesidad de pesquisas em el medio académico que denoten la preocupación com la permanencia de los Estudiantes em esse nivel de enseñanza. Para tanto, fue realizada una pesquisa englobando autores que trabajan com esa temática, objetivando identificar factores que puedan interferir em la permanencia de Estudiantes em la educación superior pública. La metodología se basó en pesquisa bibliográfica, recurriendo al banco de dados de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES), además de otras bases y fuentes. La investigación reveló que el éxito de la trayectoria académica depende de otros factores como el ambiente académico, la condición de estudiante trabajador, el capital cultural del estudiante, la satisfacción em la elección del curso, así como su situación financiera, además de la implementación de acciones asistenciales y calificadoras para el apoyo estudiantil. La medida que las universidades pasan a ser frecuentadas por Estudiantes com mayor diversidad cultural y socioeconómica, se nota la necesidad de intensificar las inversiones en políticas de apoyo a su permanência com calidad de enseñanza.

PALABRAS-CLAVE: Asistencia estudiantil. Educación Superior. Permanencia.

INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil surgiu em 1808para formação de profissões estratégicas no governo português e, apenas em 1920,foi criada a primeira universidade no Rio de Janeiro. Desde então, a ausência de uma política educacional voltada para a expansão das universidades e vagas se prolongou por várias décadasresultando num cenário restrito para o ingresso na universidade (SGUISSARDI, 2009). Talcenário favoreceu o acesso deuma elite detentora de melhores condições socioeconômicasque, mediante os exames vestibulares, conquistavam o mérito do ingresso.

Ao que se percebe, as desigualdades no acesso à educação superior ainda persisteme as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), demonstram quea taxa de frequência líquida[2], em 2013, esteve representada por apenas

[2] Taxa de frequência líquida representa a razão entre o número de matrículas de estudantes que se encontram na idade recomendada para cada um dos níveis e/ou etapas da educação em relação à população total da mesma faixa etária.

16,4% dos jovensentre 18 e 24 anos para os que conseguiram ingressar na educação superior. Os declarantes da cor branca, representaram 23,5% e os da cor preta ou parda 10,8% (IBGE, 2014).

Merece relevo destacar que até os anos 1990, as vagas nas universidades públicas do Brasil eram ocupadas por estudantes de classes sociais mais favorecidas de capital cultural e econômico.A partir de 2003, nogovernodo Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), as primeiras medidas para atender estudantes com vulnerabilidades socioeconômicas se deram no âmbito privado da educação superior, com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) implementado pela Lei nº 11.096/2005. Tal programa,buscava atender a estudantes carentes, provenientes do ensino público ou privado que pretendessem ingressar em instituições de ensino superior privadas. Este programa previa a concessão de bolsa-permanência para custear despesas educacionais dos matriculados em curso de turno integral.

Posteriormente, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi aprovado mediante Decreto nº 6.096/2007, com o propósito de expandir as instituições federais da educação superiorincentivando a criação de cursos com funcionamento noturno, buscando facilitar o acesso de estudantes das classes populares e atrair o estudante trabalhador.

Ainda no governo do Presidente Lula, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com a publicação da Portaria Normativa nº 39 de 2007 que passou a ser denominado de Programa Nacional de Assistência Estudantil mediante o Decreto nº 7.234em 2010.O objetivo do planoconsistia emdemocratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, dar apoio financeiro, minimizar os efeitos das desigualdades sociais com foco na permanência e conclusão do curso, reduçãodas taxas de retenção e evasão buscando promover a inclusão social naeducação superior (BRASIL, 2007, 2010).

Em 2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff, a aprovação da Lei de Cotas 12.711 em 29 de agosto 2012[3],configurou um marco histórico para as políticas de ingresso das universidades públicas, no combate às desigualdades e busca de equidade no acesso entre brancos, pretos e pardos.

Nesse âmbito, junto às perspectivas de expansão da educação superior pública, evidenciou-se o desafio de implementar políticas públicas de apoio à permanência.Compreendendo que só expandir o número de instituições e vagas não garanteo êxito escolar orientado para a conclusão do curso,as instituições enfatizama questão da permanência como aquela que garante a efetivação dos estudospela promoção doapoio estudantil, com qualidade no ensino e elementos que constituem uma ambiência apropriada para o êxito do aluno em seu percurso acadêmicoaté a integralização do curso.

[3]A lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) reserva 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para Ampla Concorrência e 50% são distribuídas em quatro tipos de vagas: a)Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
b) Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
c) Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
d) Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Veloso(2000), em seus estudos sobre evasão nos cursos de graduação, já demonstrava preocupações com a permanência do estudante nas universidades públicas argumentando que a ausência de políticaspara a permanência do aluno no cursoera um dos fatores que contribuía para a evasão. A autora argumenta sobre anecessidade de fazer um acompanhamento no desempenho do estudante, proporcionando-lhe apoio psicopedagógico e o desenvolvimento de políticas de orientação acadêmica.

Mais adiante, Silva e Nogueira (2015, p 45-46, grifos das autoras) compreendem que a permanência depende de fatores que antecedem ao ingresso do estudante e de outros inerentes ao percurso acadêmico ou projeção para o futuro. Por exemplo:

> A permanência do estudante na Educação Superior pode ser atribuída a diversos fatores, desde os que antecedem ao evento em si aos que se apresentam no percurso acadêmico e, ainda, aos que se têm como projeção de vida futura. Sumariamente, é possível afirmar que os 'antecedentes' dizem respeito à trajetória socioeconômica e cultural do estudante; o 'percurso acadêmico' remete aos estímulos ou entraves nele vivenciados no processo formativo; as 'projeções' representam o que o acadêmico vislumbra como profissão, diante das condições inscritas socialmente. Esses aspectos, em geral, expressando-se de forma relacionada, tendem a determinar a situação de permanência nos estudos (ou do seu contrário, o abandono), dependendo das possibilidades de enfrentamento.

Ante a discussão dessas autoras, o trabalhoaqui apresentado, pretendeevidenciar alguns fatores que podem interferir na permanência do estudante, podendo anteceder ao seu ingresso ou dizerrespeito a sua trajetória acadêmica.Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de autores que abordam a temática da permanência dos estudantes na educação superior como: Zago (2006), Alberti (2008), Silva e Veloso (2013), Vargas e Paula (2013), Bourdieu e Passeron(2014)e outros, Tais autores buscam compreender o cotidiano do estudante no interior das universidades, as diferenças culturais e socioeconômicas que podem contribuir para o êxito em sua trajetória acadêmica ou não.Por entender que a temática da permanência passou a ser mais evidenciada a partir de 2000, os textosselecionados para as leituras foram publicados a partir desse ano.

Elementos que interferem na permanência do estudante nas universidades

O esforço dos agentes envolvidos no campo da educação superior pública, dando centralidade nas discussões dos elementos importantes para a permanência do estudante nas universidades, tem conduzido a questão para apauta contemporânea do ensino superior como objeto de reflexão e necessidade de pesquisas sobre o tema. A concepção de que o apoio àpermanência deva ser fundamentado na assistência, associada apenas ao apoio financeiro, é entendida como insuficiente. Isto porque exige a compreensão deoutros fatores que promovem o bem-estar e a adaptação do estudante ao curso de graduação no espaço acadêmico.

Ademais, discutirsobre apermanência do estudante na universidade deve consistir em identificar dificuldades que influenciam na desistência precoce, ou tempo maior no curso, às vezes inviabilizando a sua conclusão. Nesse caso, o apoio que o estudante precisa para ter sucesso no seu percurso acadêmico deve ser definido mediante políticas de permanência e projetos institucionais, para que o acesso à educação superior seja garantido. O que remete à compreensão de Silva e Veloso (2013) quando fazem alusão ao termo acesso alargando sua definição:

> [...] adotar o ingresso, a permanência e a qualidade na formação, alarga e aprofunda a definição do acesso, contrapondo-se a uma visão fragmentada e imediatista [...]. Assim, para analisar o acesso na sua etapa inicial (o ingresso), propõe-se a observação da oferta de vagas, do ingresso propriamente e da forma de seleção. Como indicadores da permanência, dados relativos à matrícula, à taxa de diplomação e a programas de fixação do estudante na academia. E para a qualidade na formação é possível ter em vista: categoria administrativa; organização acadêmica; titulação e dedicação do corpo docente; participação discente/docente nas decisões; escolha do curso; avaliação institucional; produção da pesquisa; autonomia político-pedagógica e financeira. (SILVA; VELOSO, 2013, p. 730).

As políticas de expansão das universidades que implicaram no aumento de vagas devem estar vinculadas às políticas de apoio a permanência dos estudantes. Gil (2012) argumenta que a expansão do acesso às universidades públicas vem mudando o perfil dos estudantesadvindos de diversos estratos sociais com interesses, motivações e heranças culturais diferentes. Esses estudantes possuem competências e conhecimentos em diferentes graus de desenvolvimento, para tanto, é preciso reconhecer a diversidade, suas características sociais, traços de personalidade, interesses, expectativas, aspirações, temores, conhecimentos habilidades e competências para contribuirna valoração de aspectos importantes para a aprendizagem.

Nas leituras realizadas para esta pesquisa, evidenciou-se alguns elementos que podem contribuir positivamente para o sucesso da trajetória escolar ou não. O ambiente acadêmico, o estudante trabalhador, o capital cultural, a escolha do curso, a situação financeira do estudante e ações assistenciais e qualificadoras.

O ambiente acadêmico

Alberti (2008) aponta para as questões doambiente acadêmico e pondera que o estudante é um ser humano, advindo de diferentes realidades, culturas e vivências e, ao se confrontar com o mundo da universidade, podeenfrentarcrise de identidade, insegurança, inerente à idade pós-adolescência. O mundo acadêmico "[...] é um vir a ser diferente do que o jovem vivenciava anteriormente. Uma caminhada que lhes impõe responsabilidades, resolução de problemas e tomadas de decisões". (ALBERTI, 2008, p. 108).

Além disso, Souza et al. (2008) argumentam que o estudante ingressa cada vez mais jovem na universidade. Para as autoras:

> A transição do ensino médio para o ensino superior é complexa. Logo nos primeiros semestres, é comum surgir o desânimo, desmotivação, vontade de desistir do curso. A metodologia, a avaliação e a relação professor/aluno são diferentes daquelas que estavam acostumados. Os professores não trazem para a sala de aula as informações digeridas e sintetizadas. Ficando por conta do acadêmico a busca da sua complementação. Essa nova forma de trabalho provoca certo grau de angústia e ansiedade nos acadêmicos. Para os que saem da casa paterna, além das mudanças de adaptação à universidade, existem outras adaptações, como morar em casas universitárias ou apartamentos alugados, causando sentimentos com a solidão, saudades da família, de amigos entre outros (SOUZA *et al*., 2008, p.124).

É importante compreender o contexto social do jovem ou adulto ingressante na universidade, e perceber que as mudanças são inerentes à natureza humana, o homem

constrói e reconstrói suas ações e decisões. No entanto, ele precisa estar amparado em condições ideais parafazê-la. Para diminuir as carências e dificuldades encontradas na adaptação do estudante ao ambiente acadêmico, Souza et al. (2008) defendem aimportância dos programas de orientação e acolhimento discente para orientar e integrar os acadêmicos na universidade.

Desse modo, a atenção às dificuldades iniciais do estudante em adaptar-se ao curso e à ambiência universitária, é de suma importância. Parte-se do entendimento que a construção de alternativas para a superação dessas dificuldades pode fazer toda a diferença na trajetória acadêmica do aluno. Viana (2000) argumenta que o estudante depara com sistemas simbólicos diferentes por conta de uma nova realidade, diferentes linguagens e estilos de vida, além dos confrontos de realidades socioeconômicas distintas.

Asegunda pesquisa do perfil socioeconômico do estudante universitário, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) demonstrou que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm um contingente expressivo de alunos (65%) que necessitam de algum tipo de apoio institucional para sua permanência na instituição e conclusão do curso (FONAPRACE, 2004).

Posteriormente, em um encontro promovido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e FONAPRACE, em outubro de 2005,estiveram em pauta as discussões dos problemas estudantis, com um olhar voltado para a assistência estudantil, indo além da situação financeira do estudante. Os participantes do evento, em suas análises, categorizaram algumas dificuldades emocionais dos estudantes em cinco áreas: (1) fatores pessoais, provenientes de características próprias do estudante; (2) fatores interpessoais ou relacionais**,** que é o relacionamento do estudante com seu ambiente, a família e o social; (3) fatores acadêmicos, que se referem às atividades relacionadas ao ensino-aprendizagem na universidade; (4) fatores ambientais que podem exercer influência negativa ou positiva na adaptação do estudante, e (5) fatores institucionais que podem dificultar ou facilitar a adaptação e/ou a resolução de dificuldades do estudante (TAVARES, et al. 2008).

A esse respeito, Alberti (2008) argumenta que o governo está desenvolvendo muitas ações para ampliar o acesso dos alunos nas universidades, no entanto é preciso haver um investimento em ações que façam com que o aluno permaneça e conclua sua formação. Nas ponderações do autor:

> O desafio não é somente o de introduzir mais alunos no ensino superior, mas também se faz necessário potencializar ações ao conjunto de transformações em que isso implica, assegurando para que as transformações sejam geradoras de aprendizagem, oportunidades e inclusão. [...] Estar na Universidade já é uma grande conquista para o aluno, e por isso, a educação precisa fazer a diferença na vida profissional dos sujeitos atuantes nela (ALBERTI, 2008, p. 116).

Isso dito, importa destacar que as transformações no cenário dasuniversidades federais requerem do poder público a definição de ações que coadunem com as condições de vida dos estudantes, sua origem social, suas dificuldades de adaptaçãoproporcionando-lhes garantiaspara a permanência e sucesso emsua trajetória no ensino superior.

O estudante trabalhador

A divisão do tempo do estudante nas atividades de trabalho e estudo pode ser um complicador para a sua permanência no curso. O estudante de origem popular queprecisaconciliar essas duas atividadesse vê diante do desafio de dividir o seu tempo e, por vezes, pode comprometer a qualidade de sua formação acadêmica porque dispõe de menor tempo para se dedicar às atividades do curso, a exemplo de participação em seminários, programas de extensão e outras.

Vargas e Paula (2013) discutem a problemática dos estudantes que precisam enfrentar essa dupla jornada.

> [...] a dificuldade de ajuste entre as exigências da escolarização e a necessidade de trabalhar, vivida por contingente expressivo do alunado. Entre a intenção de um estudante que pretende ingressar na educação superior e seu efetivo ingresso, encontramos um importante obstáculo a transpor, relacionado à situação de trabalho. Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização (VARGAS; PAULA, 2013, p. 465).

As autoras ainda complementam que o insucesso escolar recai sobre a dificuldade do estudante em conciliar o trabalho e os estudos. Essa dificuldade retrata ainda uma situação de injustiça para o estudante trabalhador de baixa renda, que compromete o investimento nos estudos e o tempo tem que ser dividido entre as duas atividades. De outro norte, o estudante que pode se dedicar exclusivamente aos estudos, vem de uma origem socioeconômica mais favorecida e tem a seu favor condições mais favoráveis ao êxito escolar.

Desse modo, Ristoff (2013) retrata em suas pesquisas, mediante estudo dos dados socioeconômicos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) no segundo ciclo (2007, 2008 e 2009), os números do estudante trabalhador na educação superiordo Brasil. Segundo ele, 44% dos estudantes não trabalham e têm seus gastos financiados pela família. No entanto, 56% dos estudantes brasileiros trabalham e estudam. Destes, 27% recebem ajuda da família para se sustentarem, 10% se sustentam com o próprio trabalho, 13,5% se sustentam e ainda ajudam a família e 5,5% apontam ser responsáveis diretamente pelo sustento da família.

O capital cultural

Bourdieu (2007) argumenta que a família configura um fio condutor na vida do estudante, e os laços familiares que se vinculam a ele, com maior ou menor grau de responsabilidade, influenciam em suas rotinas acadêmicas. O apoio familiar na transmissão e construção de uma herança cultural, nos níveis de ensino que antecedem a educação superior, tem um papel fundamental na sustentação da permanência na universidade. Valle (2014), introduzindo a obra "Os Herdeiros" de Bourdieu e Passeron (2014), faz o seguinte comentário:

> Nossos sistemas educacionais, da educação básica ao ensino superior, permanecem marcados pelas desigualdades de acesso, de permanência, de rendimento escolar, o que significa que o destino escolar das nossas crianças e jovens se define desde a mais tenra idade, estando sujeito à rede de ensino frequentada (pública ou particular), ao local da moradia (campo, cidade, centro, periferia), ao engajamento político e pedagógico de administradores e de profissionais de educação, às expectativas das famílias em relação ao saber e à formação (VALLE, 2014, p. 12).

Sendo assim, Bourdieu e Passeron (2014) vêem na origem social dos estudantes, o fator primordial nas escolhas dos cursos. Para esses autores, os fatores culturais são mais determinantes para maior permanência na escola do que os fatores econômicos, principalmente na educação superior. Segundo assinalam:

> Definindo chances, condições de vida ou de trabalho totalmente diferentes, a origem social é, de todos os determinantes, o único que estende sua influência, a todos os níveis de experiência dos estudantes e primeiramente as condições de existência. O hábitat e o tipo de vida cotidiana que lhe são associados, o montante de recursos e sua repartição entre os diferentes postos orçamentários, a intensidade e a modalidade do sentimento de dependência, variável segundo a origem dos recursos, como a natureza da experiência e os valores associados à sua aquisição, dependem diretamente e fortemente da origem social ao mesmo tempo em que substituem sua eficácia (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.28).

Dialogando com esses autores, importa aclarar que o capital econômico pode apoiar e influenciar na formação cultural do indivíduo (denominado de agente). No entanto, não se pode garantir que, quem tem capital econômico, adquira capital cultural[4] suficiente para obter êxito na trajetória acadêmica. O capital cultural contribui para o desempenho escolar e facilita a aprendizagem dos conteúdos escolares uma vez que os agentes já possuem familiaridade com a cultura legítima que é inculcada no ambiente acadêmico. Estes autores denunciam que a escola reproduz nas práticas escolares a cultura legítima (definida pelas classes dominantes) sem considerar as diferenças inerentes à origem social do estudante.

Para muitos estudantes, o sucesso da adaptação ao curso pode depender da herança familiar desigual. Esta herança, para Bourdieu e Passeron (2007), é distinta pelo nível capital cultural e corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais transmitidas pela família e o sistema escolar. É um conceito utilizado pelos autores para compreender as desigualdades do desempenho escolar de diferentes classes sociais. O capital cultural é adquirido com o tempo e investimento que a família propicia aos filhos, a aptidão e o dom podem ser desenvolvidos se houver um investimento e uma transmissão prévia deste capital.

Podemos, também, considerar que Zago (2006) coaduna com Bourdieu e Passeron (2007) quando considera em sua pesquisa a origem social, cultural e econômica dos estudantes. A autora aponta vários elementos constitutivos para o sucesso e longevidade escolar que dão condições ao estudante de origem popular de permanecerem no curso com reais possibilidades de conclusão: financiamento dos estudos, moradia, transporte alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura, lazer e o amparo da família. A referida autora argumenta ainda que épreciso "[...] conhecer para além do acesso, as condições de permanência no ensino superior, bem como as estratégias de investimento adotadas ante a realidade do estudante e a exigência do curso" (ZAGO, 2006, p. 229).

[4] O sociólogo Pierre Bourdieu argumenta que o capital cultural pode existir sob três formas: no *estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas etc.; e, enfim, no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2007).

A escolha do curso

Por outro lado, abordar as incertezas, a imaturidade e as dificuldades no momento da escolha do curso faz-se necessário, uma vez que o jovem pode sentir-se inseguro com a opção do curso escolhido. Muitos ingressam na educação superior sem a oportunidade de proceder uma escolha profissional amadurecida. Silva e Polenz (2008) argumentam que, no primeiro ano do curso, o universitário faz os questionamentos sobre a opção escolhida e este momento pode resultar na escolha de outro curso. Esta atitude pode demonstrarum momento de autoconhecimento e indagação das escolhas e perspectivas profissionais; é positiva e desenvolve a autonomia do estudante. A evasão de um curso pode representar uma mudança para outro curso.

No entanto, no processo de escolha do curso para ingresso na universidade pública há que se considerar que o estudante faz a sua opção mediante a pontuação conseguida no ENEM[5]. O processo de seleçãoque posteriormente éoperacionalizadopelo SISU[6], e disponibiliza para os candidatos as notas de corte[7] por curso, induz, assim, o candidato a escolher um curso que a sua pontuação permita. No entanto, percebe-se que muitos estudantes não se sentem satisfeitos com a escolha e já ingressam sem a devida motivação. Compreende-se que o SISU favorece a mobilidade dos estudantes pelo país, uma vez que pode selecionar a opção do curso pela internet. Entretanto, as chances de conseguirem o curso preterido diminui devido ao aumento do número de concorrentes. Nesse caso, a forma de seleção unificada requer um nível de capital cultural melhor entre os candidatos. Portanto, apesar das mudanças no sistema de escolha do curso serem recentes, os autores Luz (2013) e Flores (2013) realizaram estudos que apontarama influência da nota obtida no ENEM para a escolha do curso. Assim, muitos estudantes não escolhem o curso desejado e sim o que a pontuação do ENEM possibilita conseguir para o ingresso no curso superior.

Situação financeira do estudante

Diante dos vários elementos apresentados que influenciam na permanência do estudante na universidade, asituação financeiratem uma relevância na trajetória acadêmica do estudanteuma vez que pode dificultar o acesso[8]ao ensino superior. Em 2004, índices do IBGE demonstraram que os estudantes mais pobres daeducação superior públicaocupavam 1,7% das vagas e os mais ricos 55%. Em 2013, a ocupação dos mais pobres aumentou para 7,2% e os mais ricos reduziu para 38,8%. Já na distribuição dos estudantes da educação superior na rede privada, em 2004, o estudante mais pobre ocupava 1,3% das vagas e os mais ricos 68,9%. Em 2013, na rede privada, a ocupação do mais pobre demonstrou 3,7%e o mais rico 43% (BRASIL, 2014).

[5]O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

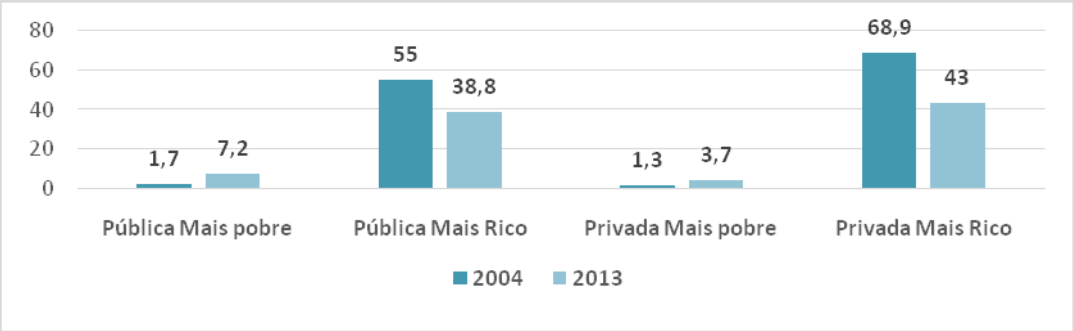
[6] Sistema de Seleção Unificada (SISU) para o ingresso dos estudantes nas instituições federais de ensino superior, em que disponibiliza o acesso via internet para a escolhado curso e a instituição em que deseja estudar, tendo como critério de seleção a nota obtida no ENEM para fazer sua inscrição e a seleção.

[7]Nota de corte para o SISU é a menor nota que selecionaria um candidato inscrito para uma determinada instituição e curso no limite de vagas estabelecidas no edital e/ou termo de adesão no período específico do processo seletivo.

[8]O termo acessose estende ao ingresso, a permanência e a qualidade na formação de Silva e Veloso (2012).

Esses índices do IBGE demonstram o quanto a população mais pobre é excluída da educação superior no Brasil, sendo maior na rede privada. Mesmo percebendo umaevolução na ocupação de vagas pelos estudantes mais pobres em 2013, nas duas redesde ensino, os números demonstram níveis muito elevados de desigualdade no acesso.

Gráfico 01- Distribuição percentual dos estudantes da rede pública e privada da educação superior por quintos de rendimento mensal familiar per capita - Brasil - 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013

A realidade que se instaura em 2004/2013, nos dados do IBGE, remete à história de lutas ocasionadas pela ausência de políticas voltadas para a permanência do estudante na educação superior pública. Tais lutas resultaramna criação do FONAPRACE em agosto de 1987, que tomou um formato institucional com abrangência nacional num cenário de profundasdesigualdades estruturais, impulsionadas pelo neoliberalismo orientado a privatização e isençãodo Estadode responsabilidades sociais, entre elas a educação. Este Fórum passou a ter como "[...] meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência aos estudantes que garantisse o seu acesso e permanência, assegurando-lhes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico" (FONAPRACE, 2012, p. 19).

Em 2000, o governo estava preparando o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2001 e atendendo a uma reivindicação do FONAPRACE, no que se refere ao financiamento e gestão da educação superior, incluiu a assistência estudantil no Plano (Lei nº 10.172/2001). Assim, os objetivos e metas da educação superiorestabeleceu na meta 34 o seguinte: "[...] estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil tais como: bolsa trabalho e outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstram bom desempenho acadêmico" (BRASIL, 2001, não paginado). A inclusão dessa meta no plano deu o embasamento legal para avanços na definição de programas mais elaborados para o apoio aos estudantes das universidades federais.

Avançando para 2006, as articulações do FONAPRACE consistiram em propostas para criar o programa nacional de bolsas permanência. Estas articulações resultaram na definição da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, ensejando o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como uma política de governoposto em prática em janeiro de 2008. Logo a seguir, em 2010, a transformação do PNAES em projeto de lei no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), mediante o Decreto nº 7.234 em 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) saiu da dimensão de política de governo para política de Estado, sendo instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC.

Atribui-se, assim, ao FONAPRACE e à ANDIFES um papel importante na luta pela criação deprogramas e projetos de assistência estudantil paraapoiar o estudante em sua trajetória acadêmica até a conclusão do curso.

Ações assistenciais e qualificadoras

A gestão do PNAES no Brasil é acompanhada pela ANDIFES e FONAPRACE que definem as áreas e prioridades para aplicação dos recursos. Não obstante, as desigualdades no acesso à educação superiorpersistem, a exemplo dos dados demonstrados no gráfico 01. Mesmo a educação sendo pública, a permanência na universidade tem ônus para o estudante (gastos com transporte, material escolar, participação em eventos, refeição, moradia, etc.) e sabe-se que muitos não teriam condições de permanecerem no curso sem o apoio estudantil.

Sobre isso, entre os anos de 2008 e 2014 percebe-se a evolução nos recursos federais destinados à assistência estudantil, conforme demonstrado noquadro 01. Noentanto, considerando que o fio condutor do PNAES é o atendimento aos estudantes de baixa renda, e a Lei de cotas 12.711 de 2012 favorece o ingresso de mais estudantes com este perfil; é preciso considerar um maior incremento nos recursosde apoio ao estudante uma vez que a demanda tende a aumentar.

Quadro 01 - Orçamento destinado ao PNAES no período de 2008 a 2014

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
R$ 101,2 Milhões	R$ 197 Milhões	R$ 305,6 Milhões	R$ 395,2 Milhões	R$ 503,8 Milhões	R$ 603,8 Milhões	R$ 742,7 Milhões

Fonte: MEC/SESU.

Investir em educação é uma açãonecessária para diminuir as desigualdades uma vez que amplia as opções para a transformação e construção de melhores condições de vida. Oliveira et al. (2013), enfatiza sobre o papel importante da escola na redução das desigualdades argumentando que:

> [...] países mais pobres ou mais desiguais a escola tem um papel mais importante que em países mais desenvolvidos ou menos desiguais, a ação em seu interior pode impactar essa desigualdade e, portanto, faz sentido agir sobre as práticas e processos escolares na perspectiva não só de não se alargarem as diferenças de origem, mas também, eventualmente, de reduzi-las (OLIVEIRA *et al*., 2013, p.29).

A pesquisa de Primão (2015) apresenta um estudo dos programas de permanência na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) categorizando em duas dimensões: os programas de ações assistenciais que têm o objetivo de apoiar o estudante carente e de ações qualificadoras do ensino, concedidas aos estudantes em geral da UFMT. O estudo contempla um levantamento minucioso de como são implementados os programas de apoio à permanência do estudante na UFMT.

Na dimensão de **ações assistenciais,** a autoraclassificaos seguintes programas da UFMT: Auxíliomoradia, Auxílio alimentação, Auxílio permanência, Programa de acolhimento imediato, Moradia estudantil, Bolsa de apoio à inclusão, cursos de língua, violão e outros; o programa de educação tutorial (PET) - Conexões de Saberes, Programa institucional de bolsa de iniciação científica PIBIC-Ação Afirmativa.

Quanto às ações de permanência voltadas para as **ações qualificadoras** do ensino, Primão (2015) classifica os programas de: Auxílio a evento externo, Programa de bolsa de Extensão, Inclusão Digital, Programa de Monitoria, Programa de educação tutorial - PET, Programa de tutoria, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIT), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Voluntariado de Iniciação Científica (VIC).[9]

Para essa autora as ações qualificadoras do ensino destinadas aos discentes se apresentam de forma a oportunizar a participação nas três esferas da educação superior: ensino, pesquisa e extensão. No entanto, percebe-se uma centralidade na assistência financeira aos estudantes carentes. Enfatiza, assim, que a dinâmica acadêmica requer abrangência maior das ações qualificadoras, seja para os estudantes carentes, seja para os demais estudantes uma vez que a "ameaça" à permanência não se restringe às carências financeiras. Observe-se:

> No que se refere às políticas de permanência instituídas, podemos observar que tanto o Estado, por meio dos seus programas específicos, quanto às pesquisas realizadas no tocante à permanência, estão centradas na realidade dos estudantes carentes, expressando-se na defesa de uma assistência quase exclusivamente financeira, como se esse fosse o único fator ameaçador do discente em seu trajeto universitário. Entretanto, apesar de essencial a esse público, entendemos que a vivência do conjunto da dinâmica acadêmica, que possa oportunizar a participação em ações qualificadoras do ensino, sejam elas ligadas a qualquer dos três eixos sustentadores da universidade (ensino, pesquisa e extensão), são de grande valia para que o acadêmico se fixe nesse espaço (PRIMÃO, 2015, p. 55).

A implementação do PNAES e uma visão sobre a necessidade da assistência são hoje desafios colocados para as instituições que devem associar a isso, projetos de permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito dessa pesquisa consistiu em identificar elementos que podem interferir na permanência dos estudantes na educação superior. Uma vez que, o ingresso não garante a permanência, é preciso refletir sobre as dificuldades encontradas pelo estudante para permanecer no curso de graduação escolhido.

Com a forma diferenciada de ingresso que se consolidou com a Lei Cotas nº 12.711 de 2012, o governo do Brasil, assume o compromisso de favorecer o ingresso de estudantes com vulnerabilidades socioeconômicas. No entanto, é preciso identificar que

[9]As especificidades das ações assistenciais e qualificadoras constam na Dissertação de mestrado de Primão (2015).

dificuldades são encontradas na trajetória acadêmica para permanecer. Agrega-se a estas dificuldades a relação professor e aluno, sempre muito importante para a adaptação do estudante aos novos desafios oriundos do ambiente acadêmico. O professor pode motivar o estudante na opção do curso escolhido. Sobre isso, Silva e Polenz (2008) argumentam que o professor pode criar um clima propício à construção da aprendizagem e motivar o aluno a usufruir, com satisfação, do curso no qual se integra.

Diante de tantos elementos que podem influenciar no sucesso da trajetória acadêmica até a conclusão do cursoou levar o estudante a abandoná-lo, os estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômicadependem da assistência estudantil ou de algum apoio mediante programas que gere renda, a exemplo do PIBIC, PIBID e outros. Percebe-se a necessidade de programas que deem sustentação a permanência do estudante em seu curso, com o Estado assumindo a responsabilidade em parceria com as instituições de educação superior.

Expandir o número de universidades e vagas sem as garantias de recursos para as políticas e programas de permanência aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, não se conquista avanços no número de estudantes mais pobres (conforme classificação do IBGE) que tenham concluído um curso de graduação. Opoder público e os agentes comprometidos com a educação superior precisam tomar decisões políticas para criar programas/projetos/ações, focadas na realidade do estudante, com o objetivo de facilitar sua permanência e conclusão do curso escolhido.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, T. F. Atendimento aos estudantes universitários: um olhar etnográfico. In: KULLMANN, G. G. *et al.* (Org.). *Apoio estudantil:* reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1, p. 101-118.

ALMEIDA, C. E. M.; BITTAR, M.; VELOSO, T. C. M. A. Políticas de educação superior: ensino noturno como estratégia de acesso para o estudante-trabalhador. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 33, n. 19, p. 279-304, set./dez. 2008.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 4, p. 71-79.

BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros:* os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

BRASIL. *A democratização e expansão da educação superior no país:* 2003-2014. Brasília, DF, 2014. Balanço social SESU. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20954&Itemid=1329>. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 10mar. 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Sinopse estatística do ensino superior: graduação 2002*. Brasília, 2003.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP. *Sinopse estatística do ensino superior:* graduação 2013**.** Brasília, 2014.

_____.Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP. *Censo da Educação Superior 2013*. Brasília, DF, 2014. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2007. Disponível em:<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FLORES, C. A. da S. *A escolha do curso superior no sistema de seleção unificada – SiSU*: o caso do curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Revista comemorativa 25 anos:* histórias, memórias e múltiplos olhares. Brasília, DF: FONAPRACE/ANDIFES: UFU, PROEX, 2012. 212 p.

_____. *II perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior:* relatório final da pesquisa. FONAPRACE/ANDIFES. Brasília, DF, 2004. 89 p.

GIL, A. C**.** *Didática do ensino superior*. São Paulo: Atlas, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese dos indicadores sociais:* uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

LIMA, P. G. *Universidade brasileira:* por uma perspectiva universal humana e democrática. São Paulo: Annablume, 2012.

LUZ, J. N. N. da. *O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Universidade Federal de Mato Grosso* – campus Cuiabá – e a relação com a democratização do acesso. Cuiabá, 2013.186 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

OLIVEIRA, R. P. *et al. Análise das desigualdades intraescolares no Brasil.* [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2013/pdf/livro4/1-analise-desigualdades.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013.

PRIMÃO, J. C. M. *Permanência na educação superior pública:* o curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). *Cadernos do GEA*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, n. 4, jul./dez. 2013.

SGUISSARDI, V. *Universidade brasileira no século XXI:* desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, L. D. da; POLENZ, T. Orientação educacional e profissional na realidade cotidiana da universidade. In: KULLMANN, G. G. *et al.* (Org.). *Apoio estudantil:*

reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1. p. 175-191.

SILVA, M. das G. M. da; VELOSO, T. C. M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 727-747, 2013.

SILVA, M. das G. M. da; NOGUEIRA, P. S. Permanência na Educação Superior: traçado dos estudos e faces da realidade. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, ano 18, n. 26, p. 43-68, dez. 2015.

SOUZA, Sandra Elisa Réquia *et al.* Promoção de orientação e acolhimento discente. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* (Org.). *Apoio estudantil:* reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1. p. 121-127.

TAVARES, M. *et al.* Apoio psicológico e social a estudantes nas universidades brasileiras. In: KULLMANN, G. G. *et al.* (Org.). *Apoio estudantil:* reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008. v. 1. p. 257-280.

VALLE, I. R. Por que ler Os herdeiros meio século depois. In: BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros:* os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

VELOSO, T. C. M. A. *A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2*: um processo de exclusão. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

VIANA, M. J.B. Longevidade escolar em famílias de camadas populares. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. *Família e escola:* trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 45-60.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

Recebido em: 12/12/2015
Aprovado em: 22/01/2016